

Questão Discursiva 00606

Mauro, réu primário, em 2007, foi condenado em primeiro grau por estupro e atentado violento ao pudor em concurso material, praticados contra a vítima Maria, em um terreno baldio, quando ela retornava à noite para sua residência. A ação consistiu na prática de coito vaginal imediatamente seguido de coito anal. A pena total aplicada foi de doze anos de reclusão, seis anos para o estupro e mais seis anos para o atentado violento ao pudor, em regime fechado. Houve apelação, mas o tribunal de justiça manteve a condenação e a pena aplicada. Ocorreu o trânsito em julgado. Agora, em 2013, Mauro, em cumprimento de pena, enviou carta escrita de próprio punho à defensoria pública, solicitando a promoção de revisão criminal em seu favor.

Levando em consideração a Lei n.º 12.015/2009, que modificou o Código Penal no que se refere aos crimes contra a dignidade sexual, há algo que possa ser alegado em favor de Mauro em sede de revisão criminal?